

ALGUNS PROBLEMAS DO ENSINO ESCOLAR DE HISTÓRIA REGIONAL *

José Henrique Rollo Gonçalves **

Resumo: *O ensino de História Regional nas escolas decorre, em boa parte, de pressões políticas que ultrapassam a autoridade e os interesses dos professores e dos alunos. Ela aparece em freqüente oposição aos termos das exigências de conhecimento rotineiros nos meios acadêmicos. O artigo traça um breve panorama desta situação conflituosa. O foco reside no Paraná, mas certas ponderações pretendem ter validade extensível para outros Estados da Federação.*

Palavras Chaves: *ensino de história regional; propostas curriculares; região.*

Introdução

Meu objetivo nestas páginas é discutir a idéia de que existe um profundo descompasso entre as determinações político-ideológicas das propostas curriculares correntes e as exigências conceituais contemporâneas que envolvem as várias acepções do termo *região* ou da expressão *História Regional*. Noutras palavras: aquilo que governantes, administradores educacionais e, por que não dizer?, cidadãos - em sua maioria - consideram o papel e os conteúdos

* Algumas destas idéias foram expostas oralmente em mesa redonda sobre *História Regional*, realizada em Curitiba, no dia 19 de junho de 1996, durante o II Seminário Estadual Sobre o Ensino de História e Geografia promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Mais recentemente, incorporei observações feitas por Rivail Carvalho Rolim, a quem devo meus agradecimentos.

** Professor de História da América e pesquisador do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: rollo@cybertelecom.com.br.

necessários deste tipo de ensino muito raramente coincide com o que dele pensam os profissionais universitários ocupados em analisá-lo em termos teórico-metodológicos. O descompasso tem raízes antigas, já que o ensino de um certo gênero de História Regional - o dos Estados da Federação - remonta, no mínimo, ao início do período republicano. No entanto, extremou-se nos últimos vinte anos, em virtude, sobretudo, de dois motivos. Primeiro: a construção de um novo patamar de articulação conceitual, pois neste período as noções de região foram submetidas à rigoroso inquérito político e epistemológico. Segundo: a relativa solidificação do universo de trabalho dos profissionais de História brasileiros, processo que, para ser bem sucedido, exige uma definição menos empirista e, noutro registro, menos subjetivista dos objetos históricos considerados relevantes.

Esta contradição entre séries de objetivos político-pedagógicos diferentes ganha um tom muito peculiar quando se observa que ela costuma aparecer em textos e falas das mesmas pessoas. Elas propõem certas finalidades, quando atuam como burocratas educacionais, e outras, completamente diversas, quando apresentam suas reflexões teóricas para platéias universitárias. Na primeira posição, introduzem o ensino de História de Municípios ou Estados nos programas. Na segunda, recusam o modo (*acrítico*, como gostam de chamar) como a *História tradicional* trabalha com aqueles mesmos referenciais de tempo e espaço. Não creio, porém, que estamos diante de um descompasso gerado pela falta de atenção conceitual ou pela preocupação (oportunista?)

¹ Naquela época, o governo federal abriu mão de um controle centralizado dos currículos e programas, o que só foi retomado, embora sem condições de reverter as forças particularistas que vicejavam em cada Estado, a partir da Reforma Eptácio Pessoa, de 1901, que recuperou a idéia, vigente no Império, de que o Ginásio Nacional (antigo Colégio Pedro II) deveria funcionar como modelo a ser copiado por todos os demais educandários do País (Cf. SILVA, 1969: 258-260). Mesmo assim, durante toda a Primeira República, em cada Unidade da Federação foi dedicada uma parte da carga horária de História e Geografia ao ensino de aspectos políticos, pitorescos ou naturais, do Estado (Cf. LEITE, 1969: 105-116).

em agradar distintas fontes de autoridade e prestígio; a elite dirigente, no primeiro caso, e o mercado acadêmico de idéias, no segundo. Minha hipótese é que o problema tem origem, em grande medida, nas formas correntes de interação entre os diferentes agentes que organizam a esfera educacional pública e pretendo que isso fique bem claro no que segue.

História Regional, História dos Estados e espacialidades sociais

Nos currículos das escolas brasileiras o ensino de História Regional é entendido, majoritariamente, como estudo sócio-econômico e político de um Estado da Federação. Seu objetivo genérico é a socialização cívica dos estudantes no interior de uma bem delimitada circunscrição política. Nas ponderações teóricas dos educadores ele pode ser caracterizado como um jeito de, partindo da vivência concreta dos alunos, ajudá-los (ou forçá-los?) a se inserir, cada vez mais conscientes de si e do mundo, na História. Por isso, na minuta metodológica e doutrinária que compõe o currículo de História para as escolas primárias e secundárias do Paraná está escrito que, na quinta e na sexta séries, o programa *“permitirá, ainda, a apreensão da realidade mais imediata ao aluno, ou seja, o seu Estado, através de Estudo de Caso”* (TRINDADE ET ALLI, 1990: 86). Contudo, trata-se de uma formulação bastante discutível. Antes de mais nada porque ela não leva em conta os múltiplos entornos criados pela veloz tele-informatização das mentalidades coletivas. Como observaram as autoras gaúchas de outra proposta de estruturação curricular, *“o meio onde vivem os alunos pode ser considerado como o local do seu existir cotidiano, aqui e agora, isto é, o espaço onde eles e outras pessoas atuam, desenvolvendo ações no momento presente e que são percebidas como reais e concretas. Entretanto, essa percepção deve abranger também o contexto mais amplo que é conhecido pelos alunos através dos meios de comunicação”*

(LOVATO ET ALLI, 1989: 18). Retirando-se a excessiva credibilidade conferida ao papel da mídia no processo de conhecimento, esta formulação supera, em muito, o extremo (e ingênuo) empirismo da proposta paranaense.

Além disso, a observação anterior indica um dado ainda mais óbvio: não dá para sustentar de modo tão simples a idéia de que o *Estado* (a Unidade da Federação) representa uma “*realidade mais imediata ao aluno*” ou aos professores ou a quaisquer pessoas. De fato, uma coisa é acreditar que a vivência imediata dos seres humanos gera seu mais importante horizonte de compreensão da realidade; outra, bem diferente, é reduzir seu espaço vivencial ao ambiente geométrico (euclidiano) mais próximo. Noutras palavras, podemos crer que “*no lugar onde moramos vivemos a história da nossa vida e participamos da História*” (ZAMBONI ET ALLI, 1992: 21), mas isso não significa que a História se restrinja ao instantaneamente dado e percebido. Cada um de nós está inserido em diversas espacialidades ao mesmo tempo. Algumas, como o quadrilátero doméstico, forçam um sentimento extremo de imediaticidade, uma vez que as famílias tendem a se conceberem como unidades isoladas em si. Outras, como as notícias televisivas ou os objetos da indústria cultural, têm seu âmbito de ação coincidindo, em última instância, com o tamanho do mundo. Ora, não é possível determinar *a priori* e de maneira clara e distinta qual espacialidade está sendo vivenciada por alguém num momento bem definido. Quando muito, podemos postular *como hipótese a ser verificada* que as pessoas e coisas mais próximas, geométrica e afetivamente falando, exercem sobre alguém uma influência sempre (ou quase sempre) bem maior do que as distantes.

Mas não é este o ponto que pretendo explorar nestas páginas. O que me interessa é discutir alguns problemas resultantes da contradição entre a entronização de uma unidade político-administrativa como objeto de estudos válido por definição e sua permanente negação pelo saber histórico

praticado nas universidades e divulgado nas publicações ditas científicas ou de alto nível. Observo, contudo, desde já, que não me proponho a reforçar e congelar a cisão entre saberes acadêmicos e ideologias políticas, afirmando o valor dos primeiros em detrimento das segundas. As coisas não são tão simples assim. Aquelas contradições afetam realmente a condução do trabalho docente na área de História e, se talvez sejam antagônicas, insolúveis, não há porque deixar de lado uma análise de seus efeitos.

Noções predominantes de região no ensino escolar brasileiro

Muito embora as polêmicas a respeito do significado e do valor cognitivo do termo região e seus derivados não tenham cessado desde o início deste século, é fácil distinguir conceituações que não passam de variações do senso comum daquelas que estão ligadas à modelos analíticos razoavelmente elaborados. Também não é difícil listar compreensões que causam grande desgosto aos pesquisadores acadêmicos contemporâneos. Estes, em geral, reconhecem que região é um *“conceito operatório próprio para definir uma forma combinatória de organização do espaço”* (CABANNE, 1984: 342), de modo que as definições de região implícitas aos currículos de História tendem a estar em conflito tanto com os cânones acadêmicos dominantes quanto com os próprios objetivos programáticos estabelecidos pelos jargões docentes atuais.

Para que minhas observações fiquem mais claras, reproduzo uma definição vernácula bastante vaga e, por isso mesmo, capaz de abarcar muitas proposições melhor circunscritas. De acordo com Audrey Clark (1985: 265-266), região é *“uma área da superfície terrestre com um ou mais aspectos ou características (naturais ou resultantes de ações humanas) que lhe dão u’a medida de unidade e a tornam diferente das áreas vizinhas. De acordo com o critério usado*

na diferenciação, uma região pode ser denominada cultural, econômica, morfológica, natural, fisiográfica, política etc, e uma região pode ser identificada por atributos singulares, múltiplos ou 'totais'." Acatando o vocabulário deste conceito tão esquemático (e tautológico), podemos dizer que dois tipos de definição imperam, ainda hoje, nos currículos e livros didáticos de História: [a] aquele de origem centralmente política ("*região como unidade administrativa*") e [b] o que aceita a terminologia descritiva (em geral fundada nos elementos do meio natural) consagrada por grande parte dos manuais de Geografia. (Cf. CORRÊA, 1986)

Nada melhor do que as compilações didáticas de mapas históricos para ilustrar o primeiro modo de caracterização regional. Seus autores, de maneira geral, conservam o formato contemporâneo das unidades político-administrativas como um fundo permanente do desenho, dando a impressão ao leitor de que o traçado atual já estava inscrito na eternidade dos tempos. Os processos retratados graficamente nada mais seriam do que facetas de uma espécie de pré-história - necessária, mas, enfim, encerrada - da verdade espacial alcançada no momento em que o Estado Nacional e suas unidades federadas reconheceram legalmente seus limites jurídico-administrativos (Visualize-se, CARDOSO & WESTPHALEN, 1986). Nesta acepção, uma região seria quase a mesma coisa que um Estado ou um conjunto de Estados. Fazer História Regional, a partir desta perspectiva tão corriqueira, seria o mesmo que descrever a trajetória de uma entidade político-administrativa atual, supondo que sua biografia começou bem antes de sua formação enquanto Unidade da Federação (Cf. ROLLO GONÇALVES, 1997).

A segunda modalidade de delimitação regional, a despeito de todas as críticas que já lhe foram endereçadas, talvez continue sendo a mais praticada. Para captar seu funcionamento é suficiente notar a importância que possuem as classificações de grandes zonas naturais, em geral estabelecidas a partir de uns poucos critérios corográficos.

No Paraná são bastante conhecidas e utilizadas as diferenciações entre os *Planaltos* (1º, 2º e 3º), a demarcação através dos tipos de solos predominantes (p.ex., aproximações como “*Norte-Novo do Paraná*” = *terras roxas* ou “*Norte-Novíssimo*” = *arenito caiué*) ou mesmo a determinação geohistórica de áreas mais complexas, como, p.ex., os “*Campos Gerais*”, os “*Campos de Palmas*” ou o “*Litoral*”. Note-se que, não raro, as áreas geográficas são vistas como nichos de certos tipos humanos, como envólucros naturais de personalidades coletivas. Todos conhecem as tolices deterministas que, vez por outra, aparecem na imprensa cotidiana ou em livros visando especificar uma possível relação entre as baixas temperaturas freqüentes e o pretenso caráter intimista, caseiro e tímido dos paranaenses do Sul. Ou, ainda, a ligação estabelecida entre a procedência nordestina, mineira e paulista dos primeiros colonos do Norte do Paraná e um certo comportamento local mais extrovertido, rueiro e espalhafatoso.²

Resumindo: são justamente os dois tipos hegemônicos de classificação de regiões antes mencionados os alvos preferidos dos investigadores acadêmicos. Daí que não são poucos(as) os(as) professores(as) que se sentem desnordeados(as) em face daquelas duas exigências antes

² O respeitado crítico literário Wilson Martins é um dos escritores que ainda sustentam a validade deste tipo de geografia caracterológica. Em 1955, ele afirmou que “os excessos repugnam a natureza íntima do Paraná: todos sentem que a exuberância irrepresível das terras roxas do norte são, ‘psicologicamente’, um corpo estranho no Estado, uma exceção, qualquer coisa de ‘diferente’ da sua definição essencial; e quanto ao homem em si mesmo é suficiente conviver com um paranaense típico para verificar que se trata do contrário do homem expansivo, amante de gestos escandalosos ou das atitudes coloridas, das expansões comunicativas ou dos entusiasmos fáceis. São traços de psicologia inegavelmente influenciados pela paisagem e que explicam (...) inúmeras características fundamentais do paranaense.” (MARTINS, 1989: 19-20). Não estou fazendo uma citação fora do tempo. Depois da reedição do livro, em 1989, Martins disse que suas teses continuam, no geral, válidas (Cf. MARTINS, 1990). E, para a extensão do aspecto “psicológico” de sua visão das coisas paranaenses, MARTINS, 1995. Posições geo-caracterológicas semelhantes em vários pontos são encontradas em COSTA, 1983: 4-7 e WACHOWICZ, 1977: 75-76 ou as declarações deste último citadas em NASSAR, 1987.

referidas. Por um lado, eles(as) têm diante de si programas elaborados por burocratas educacionais que, pelas mais diversas razões, subentendem as divisões regionais de cunho administrativo ou natural como se estas fossem indiscutivelmente verdadeiras. Por outro, são assediados(as) pela crítica acadêmica que, insistindo no caráter artificial - construído - dos conceitos, sugere o abandono daquelas definições, seja porque elas não favorecem um entendimento diacrônico dos processos, seja por suas intrínsecas condições de mascaradoras das realidades históricas. Enfim, estamos diante de um conflito entre diferentes e, em grande medida, irreconciliáveis, projetos de edificação da cidadania através do ensino de História (e Geografia). Numa ponta, a defesa do empirismo mais simplificado possível (descritivo, resistente às preocupações analíticas), resultado da força de um civismo provinciano que determina o que deve e como deve ser ensinado. Noutra, a idéia de que o conhecimento escolar deve ter fundamentos conceituais que resistam às pressões político-ideológicas mais rasteiras, favoreçam o raciocínio crítico e assegurem clareza quanto as opções que se oferecem para o exercício pleno da condição cidadã.

Para a conformação de visões provincianas da História dos Estados brasileiros concorreram, decerto, fenômenos e processos específicos relativos a cada um deles. Nas últimas décadas do século 19, os cronistas já faziam largo uso de aspectos do meio ambiente natural visando demarcar singularidades locais irredutíveis. É perfeitamente compreensível o papel reservado pelos escritores amazônicos à floresta e aos rios, bem como o lugar ocupado pelo sertão em numerosos relatos nordestinos. (Cf. SOUZA, 1978 e MARTINS, 1984) Por outro lado, para além das remissões à natureza, durante todo o século 20, temos lido obras e mais obras caracterizando determinados grupos étnicos que, no entender de certos autores, denotariam essências regionais (ou melhor, estaduais) bem definidas. Daí que, assim como ainda hoje há quem veja na presença de imigrantes europeus

os fatores decisivos na particularização dos catarinenses, não faltam os ideólogos da condição gauchesca, da paulistanidade ou do *ethos* mineiro, para citar apenas alguns dos exemplos mais conhecidos. Ademais, não devemos esquecer as freqüentes combinações de elementos naturais e traços étnico-raciais. No entanto, nem o desejo narcísico-autoritário de contar sua própria epopéia, nem o mero incentivo ao civismo bairrista são causas suficientes para explicar a ação político-pedagógica das elites estaduais. Estas tendem a justificar suas pressões e seu zelo pelo ensino de História Regional adicionando outros prismas. Dentre eles, [a] uma auto-avaliação ética, que envolve uma ou mais formas de entendimento grupais das interações entre suas diversas frações e [b] suas percepções das relações com os Estados vizinhos, com as regiões mais distantes e com o Estado Nacional.

As elites dirigentes paranaenses e o fantasma da “autofagia”

No Paraná, a mais espalhada auto-avaliação das elites dirigentes é a famigerada idéia de “autofagia”. Vez por outra o assunto ganha espaço na imprensa, mobilizando a verve explicadora de políticos e intelectuais. Não sei em que nível de profundidade se dá a localização dessas questões no seio das fabulações identitárias dos grupos dominantes. Também não sei se seus integrantes acreditam realmente nessas coisas ou se falam delas porque convencionaram um idioma que, embora não tenha referências imediatas na realidade empírica, serve para assegurar um certo patamar de comunicação entre eles. Seja como for, o tema é quase sempre abordado com veemência. E não parece que isto ocorra apenas por falta de coisa melhor a fazer. Tais questões circulam na imprensa e na bibliografia didática, expandindo-se para um universo bem mais amplo de pessoas. De um modo geral, fala-se da combinação de razões remotas, algumas nascidas no século 19, com processos mais recentes,

principalmente aqueles relacionados com a ocupação capitalista do interior do Estado, a partir dos anos 30. Mas o acento recai, freqüentemente, sobre as engrenagens políticas. Segundo Luiz Geraldo Mazza (1994), conhecido jornalista de Curitiba, que, pelo tanto que o menciona, parece gostar muito deste assunto, *“a autofagia é constante na política paranaense e desde o Império, passando, nos tempos remotos, pelas oligarquias dos Munhoz e Camargo, pela fase hegemônica de Manoel Ribas na ditadura Vargas, até chegar à ruptura com Munhoz da Rocha ao lupionismo, o retorno deste e nova reviravolta com Ney Braga”* (...) *“As vezes a autofagia é dissolvente, desagregadora, como quando impede a união em favor de um objetivo comum, atitude que catarinenses e gaúchos, para não falar nos nordestinos, praticam com mais constância do que nós”* (...) *“Mas é, também, paradoxalmente, reveladora, como quando faz aflorar conflitos que a classe dominante pretende ocultar.”*

A idéia tem a ver, é óbvio, com o sonho da conciliação possível entre as frações das elites dirigentes estaduais. Muitas vezes a *“autofagia”* é percebida como um entrave ao processo de modernização e integração à espaços econômicos mais abrangentes. Em 1991, entusiasmado com as possibilidades de crescimento que, em sua opinião, estavam sendo descortinadas pelo Mercosul, o presidente da Associação Comercial do Paraná clamou por um Estado que assumia posição de *“vanguarda”* nacional, pedindo-lhe que *“faça evoluir a consciência da unidade, da organização dos seus meios de produção e transformação mas, acima de tudo, que adquira a maturidade política necessária nas relações com o resto do País.”* Para ele, a ruptura com a *“autofagia”* seria um dos passos elementares para a *“maturidade”* desejada. *“A sociedade consciente e organizada não pode compactuar com este processo porque nele está contido o perigoso conceito da autodestruição.”* Assim, *“para que o Paraná conquiste o respeito que lhe é devido no contexto nacional”, a “integração deve ser a palavra de ordem. Autofagia só interessa aos*

derrotistas e descompromissados com o bem-estar coletivo.” Em suma, ela estaria bloqueando a passagem para *“o estágio de modernidade pelo qual tanto anseia e luta a comunidade paranaense.”* (SCHRAPPE, 1991)

Além dos desgastes durante os processos eleitorais, quando são produzidas *“sequelas”* que *“acabam por tornar-se tumores que, com o passar do tempo, acabarão por tomar conta do corpo e deixá-lo em estado de moléstia permanente”* (SCHRAPPE, 1991), a *“autofagia”* teria outras razões ligadas às cisões geo-históricas do Estado. A noção descritiva de *“três Paranás”*, que assumiu um certo verniz acadêmico, a partir dos anos 50, vem dando uma sustentação geográfica à percepção contemporânea da questão. (Cf. WACHOWICZ, 1988: 267-274 e COSTA, 1983) Resultando, em grande medida, de migrações relativamente recentes, boa parte da população paranaense ainda estaria, de acordo com uma visão bastante disseminada nas hostes tradicionalistas, muito ligada aos seus lugares de origem. Não teria tempo ou mesmo vontade de se integrar aos valores regionais autenticados pela elite dirigente. Daí o predomínio dos interesses étnico-localistas, alicerce concreto da *“autofagia”*.³

Deste modo, a maneira como as diversas frações dirigentes interagem no espaço estadual tem sido evocada para justificar - conferindo-lhe, também, um certo ar de neutralidade - a preocupação das elites com uma integração ideológica de todos os habitantes do Estado através do ensino de História Regional. Inquietação que, em certas ocasiões, beira a indignação veemente e... atabalhoada. Uma expoente do conservadorismo bairrista curitibano, ao condenar os proponentes do Estado do Iguazú, em 1992, reclamou da ignorância que seus adversários tinham de *“todo o passado de conquista da terra e luta pelo estabelecimento de nossas fronteiras.”* E concluiu que aqueles, que agem em função de razões *“separatistas”*, *“talvez sejam tão gananciosos por lhes*

³ Cf., para uma visão otimista da integração das várias áreas e da formação do *“homo paranaensis”*, WACHOWICZ, 1977.

ter faltado, desde a escola primária, o ensino sobre o respeito à terra em que se vive, o culto à pátria, o desconhecimento dos símbolos que a representam no contexto de sua História; A falta inexplicável da Educação Moral e Cívica, nas escolas, extinta há 30 anos (sic!), não lhes foi compensada por uma tradição familiar que lhes suprissem as deficiências culturais, que hoje os fazem envergonhar o Paraná.” (FERNANDES, 1992)

O manuseio regionalista da idéia de pátria dispensa comentários detalhados, mas vale apontar que ele se nutre de um jargão que não é exclusivo do Paraná. Separatistas e anti-separatistas de todos os Estados nunca deixam de evocar razões históricas para justificar suas pretensões e desqualificar os adversários. Todos estabelecem uma profunda conexão entre uma longa vivência dentro do espaço em questão e a construção de uma couraça sentimental que ata as pessoas àquele espaço. Por isso, ao contestar as intenções do “*grupo ou grupelho*” que preconiza a fundação do “*Estado de São Paulo do Sul*”, que teria como centro o vale do Ribeira, o conhecido jurista Miguel Reale não pode largar mão de acentuar o que entende como impropriedade histórica do projeto. Para ele, “*o número de nossos separatistas*” não chega a formar “*uma passeata de esquina, tão forte são o amor e o orgulho da gente paulista pelo imenso território que os bandeirantes souberam conquistar, valendo-se da própria bravura e do fato propício de terem passado a pertencer à Coroa da Espanha as terras antes separadas pelo Tratado de Tordesilhas.*” (REALE, 1997). Nota-se, por este exemplo, que a *desistoricização* é um traço essencial das auto-imagens dos Estados fabricadas pelos intelectuais ligados às elites dirigentes. Por meio de *interpretações fundamentalistas*, que não aceitam negociar a menor possibilidade de que venham a ocorrer transformações futuras nas dimensões do espaço e/ou nas relações entre os setores sociais que o ocupam, eles estabelecem a idéia de perenidade histórica do Estado. Para reforçá-la, nunca esquecem de bater na tecla da eternidade

dos nobres sentimentos e de suprimir conflitos e barbáries, como o genocídio indígena provocado pelas guerras de conquista. (Cf. MOTA, 1994 e LIMA, 1995).

Os “*paulistas imperiais*” e os “*gaúchos invasores*” nas fantasias cívicas paraníadas

A segunda grande motivação das pressões das elites dirigentes pelo ensino de História Regional, a saber, as relações com outros segmentos das camadas dominantes nacionais, tem particular relevo no Paraná. Elas estão profundamente marcadas pelas querelas de limites com os vizinhos. Na formação da historiografia regional(ista) do Paraná foi determinante o papel desempenhado pelas disputas territoriais com São Paulo e com Santa Catarina. De ambos os lados, elas mobilizaram intelectuais que recolheram e divulgaram larga documentação pertinente, além de escreverem libelos - uns mais, outros menos condizentes com os cânones jurídicos da época - defendendo as pretensões de seus Estados. Aquelas atitudes coletivas não somente reforçaram o vigor das querelas como produziram densos mecanismos de coesão grupal entre os intelectuais envolvidos, gerando interesses, temáticas e idiomas descritivos comuns. No Paraná, as fundações do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico (1900), do Centro de Letras do Paraná (1912), do Centro Paranista (1927), e do Círculo de Estudos Bandeirantes (1929) são, dentre outras coisas, testemunhos daqueles elementos de forte consistência comunitária entre os letrados regionalistas e os políticos. (Cf. KEINERT, 1979; PEREIRA, 1996; SZESZ, 1996)

As relações tensas com os vizinhos podem ser facilmente percebidas nas matérias jornalísticas que celebram os aniversários da emancipação político-administrativa do Estado. Quando dos 140 anos, por exemplo, um dos mais influentes jornais da capital aclamou o 19 de dezembro de 1853 com o “*dia da confirmação aos paranaenses de que eles*

poderiam, finalmente, crescer em liberdade e dignidade". Em seguida, reproduziu uma série de lugares comuns acumulados pela historiografia bairrista que evidenciam vários aspectos das fabulações identitárias das elites regionais. Para começar, o conflito com o vizinho do norte: *"a dependência de São Paulo não agradava aos paranaenses. Tratava-se de um retrocesso pertencer à Província paulista e se curvar à política imperialista que ela impunha."* (GAZETA DO POVO, 1993) De fato, a constância da idéia verdadeiramente patológica de uma inclinação imperial (ou de uma conspiração) paulista pode, em certos casos, chegar ao ponto de (des)orientar toda a construção de uma explicação histórica. Ruy Wachowicz, por exemplo, escreveu muitas páginas de seu compêndio motivado - ao menos politicamente - por uma verdadeira concepção paranóica das ações das elites vizinhas contra o Paraná.⁴

Retomando a idéia do *"perigo paulista"*, bastante disseminada nas percepções coletivas dos dirigentes paraniados durante as primeiras décadas do século, Wachowicz reconstruiu boa parte da história do Norte do Estado em torno de um eixo dado pelo centramento na *"política expansionista"* de São Paulo. Ao longo de mais de cem anos, este teria tomado diversas medidas para impedir o progresso do Paraná: criou obstáculos para a expansão ferroviária, dificultou, o máximo que pode, a construção de estradas que ligassem o Sul do Estado às áreas setentrionais mais afastadas, tentou evitar a presença dos paranaenses nos processos decisórios relacionados à cafeicultura, e procurou estabelecer-se de modo imperial sobre as terras do Paraná. Wachowicz diz tais coisas com absoluta sem-cerimônia porque

⁴ Antes de prosseguir, devo esclarecer, a fim de evitar incompreensões e problemas desnecessários, que a noção de *"concepção paranóica da História"* não tem a ver com um diagnóstico psicológico dos indivíduos que a defendem, mas com uma desconstrução da lógica de organização e exposição dos dados em termos de causas e efeitos. Sua sustentação básica é a idéia de que uma boa parte da História é feita de ações insidiosas de conspiradores mais ou menos secretos. Eles podem ser tanto grupos bem definidos, como *"judeus"*, *"comunistas"* ou *"deuses astronautas"*, quanto entidades meio sobrenaturais como *"imperialismo"*, *"neoliberalismo"* ou *"fracassomaniacos"*.

supõe a identificação micro-patriótica entre uma Unidade da Federação e um determinado espaço (natural) de efetivação da nacionalidade (de origem ou adotiva) mais essencial. Por isso, recuperando o mote de Romário Martins e seus companheiros *paranistas*, ainda em 1988 ele insistia na atualidade da idéia de “*paranizar*” o interior do Estado (WACHOWICZ, 1988: 249 e ss; também, 1987) ⁵.

Não tão antigo, mas igualmente marcado por obsessões conspiratórias, é o relacionamento dos intelectuais tradicionais paranaenses com o Rio Grande do Sul. A idéia de uma “*invasão gaúcha*”, dissimulada através de processos migratórios aparentemente inofensivos, ganha forte colorido quando o tema do “*separatismo*” está em baila. No mais recente embate com os defensores do Estado do Iguazú, Samuel Guimarães da Costa, escritor formidável, mas hiper-bairrista, desancou para cima dos gaúchos, botando para fora uma junção perfeita entre a concepção paranóica e uma visão sociológica sumária que, todavia, concorre para desmoralizar de vez seus adversários. Para ele, estes desconhecem completamente a geopolítica e a economia do Paraná, de modo que “*a única explicação para esse inoportuno e até atrevido movimento separatista é de que por trás das lideranças inocentes que promovem essa campanha esteja um grupo de políticos forasteiros e ambiciosos, sem maiores raízes locais, interessados em criar um centro de poder para proveito de uma minoria oligárquica*”. Eis, de novo, a identificação micro-patriótica. Ter raízes significaria, para um indivíduo ou para um grupo, aceitar uma determinada conformação de sua inserção espacial que, longe de passar por uma relação direta com uma certa localidade, deve ser mediada por um elemento tido como mais essencial, mais autêntico: o pertencimento à uma Unidade

⁵ Para uma visão complementar, leia-se MATHIAS JUNIOR, 1982. Neste artigo o autor conta aspectos de sua viagem, ao lado de outros jornalistas, acompanhando o interventor Manoel Ribas, em setembro de 1940, na inauguração da Estrada do Cerne, ligando Curitiba a Londrina. Há coisas como “*Foi em São Jerônimo da Serra que vimos, pela primeira vez, um japonês, em carne e osso. Conheciámos, até então, japonês de fita de cinema, o permanente vilão para Hollywood.*”

da Federação bem específica. Prosseguindo, Costa lembrou as *“heranças e tradições caudilhescas”* dos migrantes gaúchos que foram para o Oeste-Sudoeste do Paraná, e explicou que *“na medida que a antiga economia pastoril rio-grandense perdeu substância, provocando a decadência de velhas lideranças políticas que ao abusarem do empreguismo quase levaram o aparelho estatal gaúcho à bancarrota, não será de estranhar que grupos remanescentes imigrados para o Oeste do Paraná e Santa Catarina queiram instalar novas máquinas burocráticas em proveito próprio, de familiares e protegidos.”* Estes oportunistas nepóticos estariam, ainda, explorando os sentimentos dos campônios laboriosos, mas rústicos, que *“não conseguem se livrar dos chamados Centauros dos Pampas e outras fantasias regionalistas”*. Daí, sua conclusão retumbante: *“Por ser coisa de gaúcho, será que o objetivo secreto desse separatismo não é enfraquecer o Paraná que passou o Rio Grande do Sul para trás no contexto da Região Sul ? Perguntar não ofende”* (COSTA, 1992).

Cabe, uma vez mais, lembrar Ruy Wachowicz. Não devemos esquecer que seu livrinho escolar é o mais consultado dos compêndios sobre o Estado. Como, também, precisamos ter claro seu engenhoso modo de urdir os fenômenos como substâncias aparentemente indiscutíveis das conspirações. Ao reportar a criação do Território do Iguazú, em 1943, ele municiou os adeptos da perspectiva paranóica com uma fantástica construção, em grande medida assentada no acatamento, sem qualquer análise crítica, das opiniões emitidas pelas elites dirigentes do assim-chamado Paraná Tradicional naquele contexto. Começou dizendo que *“em 1943, quando o Brasil estava sob o domínio da ditadura do Estado Novo e em plena Segunda Guerra Mundial, o chefe do governo brasileiro, Getúlio Vargas, resolveu criar novos territórios federais, nas regiões de fronteira, alegando oficialmente a necessidade de fortalecer as mesmas e acelerar o progresso, nos territórios limítrofes, para maior segurança nacional”* (WACHOWICZ, 1988: 210). Entretanto, depois de dar tanto poder ao governante, afirmou,

páginas a frente, que o processo estava, na realidade, determinado por um plano de dominação territorial concebido pelos “gaúchos” em geral. Assim, depois de falar das medidas de nacionalização da moeda e do idioma na área de fronteira com a Argentina promovidas pelo primeiro interventor nomeado após os acontecimentos de 1930, o general Mario Tourinho, Wachowicz sentenciou que “*não convinha ao grupo político liderado por Getúlio Vargas o fato de serem essas medidas nacionalizadoras tomadas pelo próprio governo do Paraná*”. Os planos seriam bem outros. A idéia de nacionalização não passava de “*justificativa oficial*”, pois o verdadeiro objetivo de Getúlio seria “*subtrair vastas extensões de terras do Estado do Paraná e Sta. Catarina para melhor atender aos interesses oriundos do Rio Grande do Sul.*” (WACHOWICZ, 1988: 236 e 237).

É preciso notar que, nas explicações acima, as relações entre os grupos dirigentes dos diversos Estados são traduzidas como interações entre caracteres etnográficos diferentes. Cada Estado teria seu estilo próprio de se apresentar ao mundo como um povo específico. Deste modo, a feitura da política nacional estaria, em boa parte, determinada pelos caracteres diversos de cada Unidade do País. Nestas, as camadas populares compartilhariam traços etnográficos com as elites. Daí que gaúchos pobres e gaúchos ricos tenham, segundo esta visão, se irmanado na expansão conquistadora sobre as terras do oeste do Paraná. Para Wachowicz, as ações de Getúlio podiam ser explicadas por suas relações íntimas, étnicas, com seus conterrâneos. “*Capitalistas gaúchos, juntamente com o governo federal, queriam essas terras para realizarem vantajosos negócios imobiliários. Paralelamente, planejavam escoar para a região o excedente de mão de obra agrícola já detectado no Rio Grande do Sul. Seria portanto o Território Federal do Iguaçu uma extensão cultural do próprio Rio Grande do Sul. Seria também um mercado garantido para os produtos industrializados naquele Estado da federação.*” Estaria nesta conformação de interesses um dos motivos que

levaram Vargas a demitir o general Tourinho e substituí-lo por “*seu amigo pessoal*”, Manoel Ribas. O primeiro, que teria vinculações muito arraigadas com os interesses do Estado do Paraná, reagiu. Por isso, Getúlio recuou, pois “*não desejava criar mais inimigos políticos. Transferiu o problema para a década seguinte, quando pelo decreto lei 5.812, de 1943, o governo federal criou vários territórios, entre os quais o Iguazu.*” (WACHOWICZ, 1988: 237).

É praticamente impossível avaliar a veracidade de afirmações como essas. Elas misturam evidências empíricas com raciocínios paranóicos que não podem ser analisados positivamente. Quanto as evidências, sabemos que, de fato, de meados dos anos 30 em diante, a concentração fundiária e a crise agrária motivaram migrações de lavras de famílias de camponeses, descendentes de italianos e alemães, das antigas áreas coloniais para as maiores cidades riograndenses, Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Também sabemos que “*desde o ponto de vista da oligarquia gaúcha (...) a sua participação na Revolução de 30 e a ascensão de um gaúcho ao posto mais alto do país deveria, forçosamente, implicar a orientação da política nacional em favor do Rio Grande do Sul.*” (PESAVENTO, 1981: 106) No entanto, aquilo não aconteceu. A influência do RS não foi tão expressiva, pois Getúlio e seu grupo não pretendiam romper definitivamente com as elites paulistas e mineiras tradicionais. Pelo contrário, passado o temporal provocado pelo Movimento Constitucionalista de 1932, as recomposições de interesses entre as elites nacionais foram muito bem sucedidas. O apoio de parte dos pecuaristas gaúchos à revolta de 32, liderada por oligarcas e setores da classe média de São Paulo, atestou sua frustração precoce com Vargas. As políticas de valorização do café, a abertura de frentes de colonização no Centro-Oeste e no Meio-Norte, a omissão quanto ao processo de concentração industrial que começava a se cristalizar no eixo Rio-São Paulo, são facetas do governo Vargas que mostram seu distanciamento dos interesses imediatos das elites riograndenses.

Reduzir a vida política brasileira, de 1930 em diante, a ação secreta (ou nem tanto) dos gaúchos é, portanto, uma explicação histórica desprovida de sentido. Entretanto, quando a visão conspiratória comanda, dificilmente se consegue estabelecer um teto de sentido para os debates. Uma das mais importantes características deste tipo de percepção é sua capacidade de manter-se intacta diante de quaisquer provas empíricas em contrário. Afinal, um adepto da visão conspiratória pode muito bem dizer que eu estou simplesmente falseando (ou ridicularizando) a verdade para esconder os reais interesses dos gaúchos. Ou, numa hipótese menos maligna para o meu lado, que eu caí numa armadilha preparada nas sombras pelos expansionistas riograndenses. A concepção paranóica chega a plenitude quando se percebe a dificuldade de entender o sentido da idéia de que Vargas, ainda que pretendendo obter terras para os gaúchos no PR e em SC, “*transferiu o problema para a década seguinte.*” Embora a frase talvez não passe de um gesto retórico, o tamanho poder dado pelo historiador ao indivíduo Getúlio também permite a conclusão de que o presidente da República foi tão astucioso que preparou, por anos, o momento ideal para criar, contra os interesses do PR e de SC, o Território do Iguazu. Ora, não há como dialogar com tais idéias dentro de uma perspectiva metodológica realmente científica.

Brevíssimas conclusões

Como se pode ver, as idéias de região predominantes no ensino escolar apresentam problemas conceituais que vem de longe, mas que se agravaram nos anos recentes simplesmente porque foram percebidos como problemas. Entretanto, uma reconstrução sumária do ensino de História Regional nos Estados brasileiros evidencia um contraste importante entre o presente e o passado. O compromisso dos docentes e dos burocratas educacionais formuladores de objetivos didático-pedagógicos com a temática regional

assumiu, aos poucos, justificativas *aparentemente* próprias. Na República Velha, sua inserção nos programas tinha finalidades cívico-regionalistas mais explícitas. Não havia uma razão fundada em fins cognitivos ou em teorias do processo de aprendizagem que dessem especial relevo ao papel da chamada “*realidade imediata*” do educando. Dos anos 50 em diante, passou a prevalecer uma perspectiva que fazia do regional (o particular), antes de tudo, um meio de acesso a um conhecimento histórico-geográfico mais amplo (o geral). O modelo dos “*círculos concêntricos*” no ensino de Estudos Sociais, dava sustentação metodológica para a emersão do local/regional nas salas de aula e nos livros didáticos. (Cf. GUEDES, 1963). Todavia, os objetos considerados *regiões* continuaram sendo, tal como no passado, definidos a partir de contornos estabelecidos pelo Estado e, não, por perspectivas teóricas de análise regional. Em suma, a justificativa epistemológica, por mais complexa que seja, continua vindo a reboque de uma demarcação exógena às preocupações científicas. Demarcação que tem muito mais a ver com o ritmo e a durabilidade dos interesses e percepções das elites dirigentes do que com as finalidades gerais de formação cidadã dos educandos.

Bibliografia

- CABANNE, Claude (1984): **Lexique de Géographie Humaine et Economique**. Paris: Dalloz, 1984.
- CARDOSO, Jayme Antonio & WESTPHALEN, Cecília Maria (1980/1986): **Atlas Histórico do Paraná**. 2ª ed. rev. e ampl. Curitiba: Livraria do Chain Editora, 1986.
- CLARK, Audrey N. (1985): “*Region*” in _____: **The New Penguin Dictionary of Geography**. Harmondsworth: Penguin Books, 1990, p.265-66.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1986): **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986 (Série Princípios).

- COSTA, Samuel Guimarães da (1983a): "*A saga dos arraigados e farasteiros*". **Panorama**, Curitiba: (326), março de 1983, p.4-7
- _____ (1983b): "*Paraná Novo & Paraná Velho: contrastes e confrontos*". **Panorama**. Curitiba: (329), julho de 1983, p.26-32.
- FERNANDES, Hellê Vellozo (1992): "*Paraná envergonhado*". **Gazeta do Povo**, 22/12/1992, p.41.
- GAZETA DO POVO (1993): "*Paraná comemora 140 anos de autonomia*", 19/12/93, p.9.
- GUEDES, João Alfredo Libânio (1963): **Curso de Didática de História**. Rio: J. Ozon Editor, 1963.
- KEINERT, Ruben Cesar (1979): **Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná**. Dissert. de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1979
- LEITE, Miriam Moreira (1969): **O Ensino da História no Primário e no Ginásio**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza (1995): "*Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil*" in SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donizeti Benzi (orgs.): **A Temática Indígena na Escola - Novos Subsídios Para Professores de 1º e 2º Graus**. Brasília: MEC/MARI?UNESCO, 1995, p.407-419.
- LOVATO, Gilca Maria et Alli (1989): **Explorando o Meio - Alternativas Metodológicas Para a Iniciação do Ensino da Geografia e da História nas Séries Iniciais do 1º Grau**. Santa Maria: UFSM/Depto. de Metodologia do Ensino, 1989.
- MARTINS, Roberto (1984): "*Nordeste pensado. Nordeste pensante. Cultura mais que interessante*" in MARANHÃO, Silvio (org): **A Questão Nordeste**. Rio: Editora Paz e Terra, 1984, p.103-115.
- MARTINS, Wilson (1955): **Um Brasil Diferente: Ensaio Sobre Fenômenos de Aculturação no Paraná**. 2 edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989
- _____ (1990): "*Um Brasil diferente*". **Folha de S. Paulo**, 08/12/1990, p. F-4 e F-5.
- _____ (1995): "*Busca de identidade*". **Jornal do Brasil**, 25/03/1995, Caderno Idéias, p.4.

- MATHIAS JUNIOR, J. (1982): "*Cerne 'paranisou' o Norte*". **Panorama**. Curitiba: (322), novembro de 1982, p.49-51
- MAZZA, Luiz Geraldo (1994): "*Autofagia: dois lados da mesma moeda*". **Folha de Londrina**, 06/11/94, p.12.
- MOTA, Lucio Tadeu (1994): **As Guerras dos Índios Kaingang: A História Épica dos Índios Kaingang (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.
- NASSAR, Sandra (1987): "*Emancipação política do Paraná, processo que ainda não terminou*". **Folha de Londrina**, 20/12/1987, p.3.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes (1995): "*Paranismo: cultura e imaginário no Paraná dos anos 20*" in DENIPOTI, Cláudio & ARRUDA, Gilmar (orgs): **Cultura & Cidadania** - Volume I. S/l: ANPUH-PR, 1996, p.273-292. PESAVENTO, Sandra Jatahy (1981): **História do Rio Grande do Sul**. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- REALE, Miguel (1997): "*Autonomia e separatismo*". **O Estado de S. Paulo**, 26/07/1997, p. A-2.
- ROLLO GONÇALVES, José Henrique (1997): "*Como Martim Afonso virou trineto de Mavutsinim?*". **História & Ensino**, (3), Londrina: abril de 1997, p. 23-36.
- SCHRAPPE, Werner (1991): "*Autofagia é mal descartável*". **Folha de Londrina**, 03/08/91, p.3.
- SILVA, Geraldo Bastos (1969): **Educação Secundária (Perspectiva Histórica e Teoria)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- SOUZA, Marcio (1978): **A Expressão Amazonense: Do Colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.
- SZESZ, Christiane Marques (1995): "*O conceito de região: discursos e representações do Paraná*" in DENIPOTI, Cláudio & ARRUDA, Gilmar (orgs): **Cultura & Cidadania** - Volume I. S/l: ANPUH-PR, 1996, p.293-323.
- TRINDADE, Judite et alli (1990): "*História*" in SEED-PR: **Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná**. Curitiba: SEED-PR, 1990, p.
- VERNIERS, L. (1933): **Metodologia de la Historia**. Trad. María Luisa Luzuriaga. Buenos Aires: Editorial Losada, 1962

WACHOWICZ, Ruy Christovam (1977): "*Nunca seremos cariocas, claro*". **Referência em Planejamento**. Curitiba: 2 (5), 2º trimestre de 1977, p.75-76

____ (1987): **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

____ (1967/1988): **História do Paraná**. 6ª edição. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1988

WESTPHALEN, Cecília Maria (1953): **Pequena História do Paraná**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.

ZAMBONI, Ernesta et Alli (1992): **Proposta Curricular Para o Ensino de História - 1º Grau**. São Paulo: CENP/SEE-SP, 1992.